INTRODUÇÃO

CLÁUDIA PINTO RIBEIRO Luís alberto alves Raquel pereira henriques

Los manuales escolares son el recurso básico para la enseñanza, aunque no gozan de un gran simpatía ni aprecio¹.

School textbooks determine in large measure what goes on in class².

Como produto intelectual, material e estético, meio cognoscente de informação e de comunicação, o livro escolar integrou um complexo estrutural constituído por binómios: leitura/leitor; regulação/mercado; pedagogia/ordem do conhecimento; técnica editorial/meio didáctico; autoria/escrituração³.

Quando Miguel Ángel Novillo López, logo no primeiro artigo, nos refere que «la realidad es que los manuales escolares cumplen una función transmisora del saber y del sentido de la realidad hegemónica por parte de las autoridades o del poder que generalmente no se cuestiona en sus páginas. El manual escolar es una eficaz herramienta cultural que presenta ideas y valores que los sectores más influyentes de la sociedad esperan que los estudiantes aprendan y reproduzcan. Los libros de texto son concebidos y diseñados por colectivos con intereses reales», esclarece de uma forma extremamente pertinente a importância que pode ter um novo livro (síntese

¹ BORRIES et al., 2006: 3.

² HUMMEL, 1988: 14.

³ MAGALHÃES, 2011: 9.

de investigações) como objeto de estudo centrado nesta ferramenta didática. Ao utilizá-la, os autores dos ensaios procuram esclarecer-nos sobre o sentido e a importância deste «recurso básico para o ensino»; permitem-nos entrar na sala de aula e, através dele, «ver o que se passa na classe»; mas também contactar um espelho da realidade que, ultrapassando as paredes das escolas, são evidências de representações culturais, meios de formação de mentalidades, exemplos da «manipulação» que através deles é possível concretizar.

Mas permitem-nos, também, ser críticos em relação a omissões que os manuais nos ajudam a constatar. Xosé M. Malheiro Gutiérrez, por exemplo, quando aborda *O fenómeno da emigración da Galiza a América (1870-1930)*. *Ausencias e presenzas nos manuais escolares da Educación Secundaria Obrigatoria. Notas preliminares para un estudo*, como diz «sustentada na lectura sistemática dos manuais citados para comprobar a relación existente entre a fenómeno migratorio a América como feito histórico de gran relevancia, a súa presenza e, de ser o caso, o tratamento que recibe nos manuais seleccionados», torna evidente essa presença/ausência, remetendo-nos para uma visão que deve ser crítica, se possível tentando colmatá-la em futuras edições desses recursos didáticos.

Mas, mesmo estando presente, o conteúdo pode ser fruto de uma abordagem mais atual ou mais distante do panorama científico da investigação ou simplesmente pode ter enfoques diferentes, mas complementares. Quando Teresa Cierco, Cíntia Martins e Bruno Santos Fonseca abordam A Revolução Russa nos manuais de História do 9.º ano, para além de insistirem numa vertente comparativa capaz de densificar o estudo e as conclusões, permitem-nos saber que «na análise reflexiva foi possível concluir que cada uma das editoras escolhidas aborda, apresenta e desenvolve o tema da Revolução Russa com perspetivas diferentes, mas complementares. Enquanto os manuais da Porto Editora adotaram uma visão político-económica do acontecimento, os manuais da Leya Editora deram uma maior ênfase aos aspetos económicos da Revolução». Apesar desta diferença, verificaram que «comparando os manuais de 2012 com os de 2015 de ambas as editoras, é visível o maior aprofundamento e desenvolvimento do tema da Revolução Russa». Informações relevantes, seja para na altura de escolher recursos para lecionar saber onde melhor podemos encontrar o que precisamos, seja por constatarmos a crescente preocupação das editoras na atualização dos conteúdos.

Este enfoque no estudo comparativo e na abordagem de diferentes conteúdos é também objeto dos artigos de Helena Isabel Almeida Vieira sobre a Guerra Civil de Espanha nos manuais escolares de História portugueses do 3.º ciclo do Ensino Básico, de Juan Esteban Rodríguez Garrido — com uma Análisis de la Guerra Civil y el gobierno de Franco en los libros de texto de los 70 y los 80 — ou ainda o de Cláudia Pinto Ribeiro sobre A Organização das Nações Unidas em manuais escolares

portugueses (2008-2015). Aliás, todos eles vêm na linha de estudos desenvolvidos por «Observatórios de Recursos Educativos» nacionais e estrangeiros, preocupados com o tipo de recursos que são utilizados nos diferentes contextos educativos e da verificação da sua qualidade científica e didática.

Tatyana de Amaral Maia, do outro lado do Atlântico, evidencia a sua preocupação com o tratamento da «História do Tempo», em particular «a democracia e as crises políticas no Brasil Republicano». As suas conclusões reiteram que «a despeito da importância do Estado-Nação na vida cotidiana, a narrativa histórica escolar precisa incorporar os novos objetos da História. Como já mencionámos, em alguns dos livros analisados, é possível observar no texto inicial e no final dos capítulos/temas uma abordagem mais próxima dos atuais paradigmas da História. O esforço observado na construção de uma narrativa menos marcada pelos marcos cronológicos da História Política tradicional demonstra um avanço na produção do conhecimento histórico escolar, porém, ainda tímidos diante das demandas dos atores que compõem o universo escolar. Ainda temos um longo caminho na busca de uma aprendizagem histórica que favoreça o desenvolvimento de usos cotidianos do passado».

É nesta incursão nos novos caminhos do manual escolar que procura apostar a reflexão final de Nelson Jorge de Castro Araújo, mestre em Ensino de História, destinatário e usuário deste recurso, enquanto estudante e docente. As suas preocupações, tanto com a «virtualidade» de recursos didáticos quanto com a sua manipulação, alertam-nos para que o caminho da tecnologia nem sempre significa o caminho da melhoria. Racionalidade, criticidade, rigor, mas, sobretudo, recurso a pensar na formação dos alunos para um mundo em permanente (re)volução, serão três dos principais atributos que teremos de incorporar nos recursos utilizados nos manuais escolares, se queremos que, mesmo aceitando ser espelho de uma época, possam também servir para preparar os habitantes de outros tempos (futuros).

BIBLIOGRAFIA

BORRIES, Bodo von; KÖRBER, Andreas; MEYER-HAMME, Johannes (2006) — *Uso reflexivo de los manuales escolares de historia: resultados de una encuesta realizada a docentes, alumnos y universitarios.* «Enseñanza de las Ciencias Sociales: Revista de investigación», n.º 5, p. 3-19.

HUMMEL, C. (1988) — School textbooks and lifelong education: an analysis of schoolbooks from three countries. Hamburg: UNESCO.

MAGALHÃES, Justino (2011) — O Mural do Tempo. Manuais Escolares em Portugal. Lisboa: Edições Colibri.